JORNAL da OAB MATO GROSSO

PUBLICAÇÃO DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL MATO GROSSO | NÚMERO 0041 | OUTUBRO DE 2016 - www.oabmt.org.br

Efeitos da Operação Lava-Jato são tema de debate na 19ª Semana Jurídica

Página - 9

Não podemos admitir o ensino jurídico como atividade mercantil, destaca Leonardo Campos

Página - 8

Sinop recebe I Conferência da Mulher Advogada e I Encontro da Jovem Advocacia

Página - 6

Comissões da OAB-MT recolhem assinaturas para climatização do Fórum de Cuiabá

Página - 4

DIRETORIA DA OAB

Presidente
Leonardo Pio da Silva Campos

Vice-Presidente
Flávio José Ferreira de Souza

Secretário-Geral
Ulisses Rabaneda dos Santos

Secretária-Geral Adjunta
Gisela Alves Cardoso

Diretor Tesoureiro
Helmut Flávio Preza Daltro

Conselheiros Federais

Duílio Piato Júnior
Gabriela Novis Neves Pereira Lima
Joaquim Felipe Spadoni
Josemar Carmerino dos Santos
Liliana Agatha Hadad Simioni
Oswaldo Pereira Cardoso Filho

Conselheiros Estaduais

Abel Sguarezi
Alfredo José de Oliveira Gonzaga
Alinor Sena Rodrigues
Antônio Luiz Ferreira da Silva
Betsey Polistchuck de Miranda
Breno Augusto Pinto de Miranda
Bruna Ergang da Silva
Christian Jacks Lino Gasparetto
Dinara de Arruda Oliveira
Eduardo Alves Marcal
Eduardo Marques Chagas
Eduardo Ramsay de Lacerda
Élbio Gonzalez
Elizete Bagatelli Gonçalves
Ericson Cesar Gomes
Fábio de Sá Pereira
Fabio Luis de Mello Oliveira
Fabíola Cássia de Noronha Sampaio
Fernando Augusto Vieira de Figueiredo
Fernando Henrique Machado da Silva
Flávia Carrazzone Ferreira
Flaviano Kleber Taques Figueiredo
Francys Ricardo Menegon
Gildo Capeleto
Hélio Machado da Costa Júnior
Hélio Nishyama
Igor Girardi Faria
Ivo Matias
José Carlos de Oliveira Guimarães Júnior
José Eduardo Polisel Gonçalves
José Patrocínio de Brito Júnior
José Sebastião de Campos Sobrinho
Juliana Ribeiro Salvador
Kleber Zinimar Geraldine Coutinho
Luis Filipe Oliveira de Oliveira
Luis Henrique Nucci Vacaro
Luiz Carlos de Oliveira Assumpção Júnior
Luiz da Penha Corrêa
Marisol Nespoli
Mauro Paulo Galera Mari
Mauro Portes Júnior
Nelson Aparecido Manoel Júnior
Paula Regina de Toledo Ribeiro
Pedro Martins Verão
Regina Célia Sabioni Lourimier
Reinaldo Américo Ortigara
Ricardo Ferreira Garcia
Ricardo Moraes de Oliveira
Roberta Vieira Borges
Rodrigo Geraldo Ribeiro de Araújo
Rogério Lavezzo
Samir Dartanhan Ramos
Samir Hammoud
Sandro Luis Costa Saggin
Selma Cristina Flores Catalan
Selma Pinto de Arruda Guimarães
Sirlene de Jesus Bueno
Suerika Maia de Paula Carvalho
Tânia Regina Ignotti Faiad
Tatiane de Barros Magalhães
Valdir Miquelin
Vinícius Dall Comune Hunhoff
Walmir Antônio Pereira Machiaveli
Ricardo Moraes de Oliveira
Tania Regina Ignotti Faiad

1ª Câmara Julgadora

Presidente: Flavio José Ferreira
Membros: José Patrocínio de Brito Junior
Jose Eduardo Polisel Gonçalves
Eduardo Ramsay De Lacerda

2ª Câmara Julgadora

Presidente: Ulisses Rabaneda dos Santos
Membros: Pedro Martins Verão
Luiz da Penha Correa
Breno Augusto Pinto de Miranda
Hélio Machado da Costa Junior
Eduardo Alves Marçal

3ª Câmara Julgadora

Presidente: Gisela Alves Cardoso
Membros: Jose Sebastião de Campos Sobrinho
Fernando Augusto Vieira Figueiredo
Roberta Vieira Borges
Antônio Luiz Ferreira da Silva
Luiz Carlos de Oliveira Assunção Junior

Caixa de Assistência dos Advogados (CAA/MT)

Presidente
Itallo Gustavo de Almeida Leite

Vice-presidente
Xênia Michele Artmann Guerra

Secretário-Geral
Ana Carolina Naves Dias Barchet

Secretário-Geral Adjunto
José Luiz de Aguiar Bojikian

Tesoureiro
Leonardo de Mesquita Vergani

Diretores
Ariane Martins Fontes
Clarissa Lopes Dias
Gisele Gaudêncio Alves da Silva
Raquel Cristina Rockenbach Bleich
Viviane Cristine Caldas

Escola Superior de Advocacia (ESAMT)

Diretor Presidente
Marco Antônio Lorga

Diretor - Adjunto
Bruno Devesa Cintra

Secretário - Geral
Sílvio Soares da Silva Junior

Secretária - Geral Adjunta
Marina Ignotti Faiad

Contatos: (65) 3613-0956/0957

RELATORES DO TED

NOME	OAB-MT	CARGO
JOÃO BATISTA BENETI	3.065	Presidente
ADRIANO CARRELO SILVA	6.602	Vice Pres.
SILVANO MACEDO GALVÃO	4.699	Secr. Geral
SECRETARIA GERAL	TELEFONE 3613-0935	TELEFONE 3613-0940
PRIMEIRA TURMA		
RENATO DE PERBOYRE BONILHA	3.844	Presidente
ROBER CESAR DA SILVA	4.784/B	Relator
EDUARDO FARIA	4.318/B	Relator
GIORGIO AGUIAR DA SILVA	14.600	Relator
TATYANA RIBEIRO GARCIA BENEDETTI	4.624	Relatora
SEGUNDA TURMA		
ROBERTO ANTUNES BARROS	3.825	Presidente
MARIO OLIMPIO MEDEIROS NETO	12.073	Relator
ROSENI APARECIDA FARINACIO	4.747	Relatora
ANDRÉ LUIS DOMINGOS DA SILVA	4.907/B	Relator
LUIZ CARLOS TAQUES DE ANDRADE	9.385	Relator
TERCEIRA TURMA		
PEDRO MARCELO DE SIMONE	3.937	Presidente
SEILA MARIA ALVARES DA SILVA	4.161	Relatora
MOHAMED ALI HAMMOUD	11.184	Relator
ALENCAR FELIX DA SILVA	7.507	Relator
MARCELO BERTOLDO BARCHET	5.665	Relator

NOME	OAB-MT	CARGO
QUARTA TURMA		
JOÃO MANOEL JÚNIOR	3.284/B	Presidente
JOSÉ RAVANELLO	3.291	Relator
HENRIQUE ALVES FERREIRA NETO	3.837	Relator
LINOIR LAZZARETTI JUNIOR	13.666	Relator
ILDO DE ASSIS MACEDO	3.541	Relator
QUINTA TURMA		
ARNALDO RAUEN DELPIZZO	4.708/A	Presidente
ROSELY AMARAL DE SOUZA	11.864	Relatora
JULIERME ROMERO	6.240	Relator
ROBERTO CARLONI DE ASSIS	11.291	Relator
MAURO DA SILVA ANDRIESKI	10.925/B	Relator
SEXTA TURMA		
JACKSON MÁRIO DE SOUZA	4.635	Presidente
MAURO ANTONIO STUANI	6.116/B	Relator
GELISON NUNES DE SOUZA	9.833/A	Relator
JOSÉ ANTONIO GASPARELO JÚNIOR	7.191	Relator
CIBELI SIMÕES DOS SANTOS	11.468	Relatora
SÉTIMA TURMA		
LUIZ CARLOS REZENDE	8.987/B	Presidente
EDUARDO CESAR DE MELLO	16.572/B	Relator
ADRIANA PAULA TANSSINI RODRIGUES SILVA	10.361	Relatora
HAMILTON FERREIRA DA SILVA JÚNIOR	11.322	Relator
LEOPOLDO DE MORAES GODINHO JUNIOR	13.565	Relator

NOME	OAB-MT	CARGO
OITAVA TURMA		
CRISTIANO ALCIDES BASSO	6.252	Presidente
JONEL BENEDITO FERREIRA DE ARRUDA	10.202	Relator
JOSINÉIA SANABRIA ORTIZ PRADO	9.822	Relator
THEMYSTOCLES NEY DE AZEVEDO DE FIGUEIREDO	13.655	Relator
RODRIGO REIS COLOMBO	12.868	Relator
NONA TURMA		
ADALBERTO LOPES DE SOUZA	3.948	Presidente
ANDREIA ALVES	9.416	Relatora
AURELIO ALENCAR SOARES DE OLIVEIRA	7.103/B	Relator
DÉCIO CRISTIANO PIATO	7.172	Relator
DOUGLAS RICARDO GUILHEN MELO	4.856	Relator
DÉCIMA TURMA		
SONIA MARIA ALVES SANTOS	3.524/B	Presidente
MARCELO AUGUSTO BORGES	6.189	Relator
RAPHAEL NAVES DIAS	14.847	Relator
JOÃO PAULO AVANSINI CARNELOS	10.924	Relator
MARIO APARECIDO LEITE CANGUSSU PRATES	4.652	Relator
DÉCIMA PRIMEIRA TURMA		
MURILLO ESPINOLA DE OLIVEIRA LIMA	3.127/A	Presidente
AMARO CESAR CASTILHO	4.384/B	Relator
PAULO FABRINNY MEDEIROS	5.940	Relator
APOENA CAMERINO DE AZEVEDO	13.314/B	Relator

EXPEDIENTE

Jornalistas:
Marianna Marimon - DRT/MT 2086
Sissy Cambuim - DRT/MS 0604
Paula Peres - DRT/MT 1243

Fotografias: , Andréa Lobo e Thiago César-F5 / Assessoria de Imprensa OAB-MT

Diagramação e Editoração: Cláudio Castro - DRT/MT 351

Contatos Assessoria de Imprensa:

OAB/MT - (65) 3613-0928/0929 - imprensaoabmt@gmail.com

Mídias Sociais:
www.facebook.com.br/oabmt
www.facebook.com.br/oabmatogrosso
www.twitter.com.br/oabmt

CAA/MT (65) 3644-1006 - caamt@caamt.com.br
www.facebook.com.br/caaoabmt

Publicidade: Boletim Informativo - Comunicação Institucional

Tiragem: 17.000 exemplares

OAB Mato Grosso - Avenida Mário Cardi Filho, s/n - Centro Político Administrativo - CEP: 78.049-914 - Cuiabá/MT - Tel.: (65) 3613-0900 Fax: (65) 3613-0921

Subseção de Várzea Grande recebe homenagem do Conselho da OAB-MT

Em comemoração aos 30 anos de sua criação, a Subseção de Várzea Grande recebeu do Conselho da OAB-MT uma placa de homenagem no dia 21 em sessão solene.

Criada pelo Conselho Federal da OAB em 22 de outubro de 1986, a Subseção de Várzea Grande engloba as cidades de Poconé, Nossa Senhora do Livramento e Jangada, com mais de 600 advogados inscritos.

Presidente da OAB-MT Leonardo Campos entregou a placa para a presidente da 5ª Subseção Flávia Petersen Moretti e agradeceu a todos os ex-presidentes e membros da diretoria presentes.

"Agradeço a todos que construíram esta história durante esses 30 anos, tijolo a tijolo, e esta história é de todos os advogados de Várzea Grande", destacou o presidente.

Presidente da Subseção Flávia Moretti ressaltou a contribuição de toda a advocacia para a construção da história em Várzea Grande. "Sinto-me honrada perante o Conselho em receber esta homenagem, a história foi feita por todos os ex-presidentes aqui presentes, e demonstra o reconhecimento com a Subseção de Várzea Grande", afirmou a presidente Flávia Moretti.

Primeiro presidente da 5ª Subseção, Mohamad Farhat relembrou a luta para sua criação 30 anos atrás. "Houve uma briga ferrenha para criar a Subseção, mas o importante é que o objetivo foi alcançado e me honra muito e agradeço a oportunidade de ter sido o primeiro presidente e reivindicar a construção da Subseção", disse.

OAB Cidadania atende mais de 700 pessoas

Uma manhã para celebrar o "Despertar da Cidadania". Assim foi a 3ª edição do OAB Cidadania, promovido pela Subseção de Várzea Grande no dia 22. O projeto realizado na Escola Estadual José Mendes Martins, no Jardim Maringá II, atendeu mais de 700 pessoas por meio dos diversos serviços levados à comunidade.

Esta edição, que comemorou os 30 anos da Subseção de Várzea Grande, contou com aproximadamente o triplo de participantes em relação às edições passadas. Para a presidente da OAB Várzea Grande, Flávia Petersen Moretti, o mais importante, contudo, foi cumprir o objetivo do despertar da cidadania, levando às pessoas a conhecerem melhor seus direitos.

"Foi um evento bastante positivo. Atendemos muitas pessoas e pudemos levar a elas a oportunidade de exercer a cidadania através do conhecimento, orientando sobre seus direitos", destacou a presidente.

Para isso, foram realizadas palestras nas várias áreas do Direito de acordo com a faixa etária do público, atendendo não apenas à comunidade escolar, orientando alunos, mas também seus familiares e moradores da região do Parque do Lago.

Estudantes desde o 4º ano do Ensino Fundamental, que participaram da palestra sobre Cidadania, até o Ensino Médio, pais e comunidade foram orientados sobre Estatuto da Criança e Adolescente, Menor Aprendiz, Criminalidade, Violência Doméstica e muitos outros temas divididos nas 11 palestras realizadas para mais de 300 pessoas.

Conduzido sob responsabilidade das comissões temáticas, o evento envolveu todos os advogados da subseção de Várzea Grande, que atuaram em todo atendimento ao público e na orientação jurídica. Foram realizados 120 atendimentos de esclarecimentos jurídicos privativos gratuitos nas áreas do Direito Previdenciário, da Família, do Consumidor, do Trabalhador, entre outros.

Por meio de parceria, também foram realizados atendimentos nas áreas de saúde, assistência social, conscientização ambiental e cultural. Foram realizadas 50 avaliações de problemas da visão pelo Lions Club. A comunidade também pode registrar queixas no Procon, consultar o Serviço de Proteção ao Crédito (SPC) junto à Câmara de Dirigentes Lojistas de Várzea Grande (CDL-VG), receber as orientações do Centro Sebrae de Sustentabilidade, atendimento dos estudantes da FAUC, da FAUSB e da FCR, fazer a inclusão no Cadastro Único para inclusão nos programas sociais com a Secretaria de Assistência Social de Várzea Grande, receber as orientações da Polícia Militar e assistir à apresentação da Guarda Municipal.

Além de toda a informação, o lazer foi garantido na manhã de sábado com o Espaço Kids, onde as crianças desfrutaram da recreação enquanto os pais tinham acesso aos serviços oferecidos no OAB Cidadania. O projeto, realizado anualmente, consiste na realização de ações de revitalização dos princípios da cidadania e a cada edição escolhe uma região diferente.

Em parceria com OAB, reforma do Código Tributário permite desenvolvimento de Lucas do Rio Verde

A nova forma de cobrança das taxas de licença para funcionamento dos estabelecimentos em Lucas do Rio Verde deve garantir mais segurança aos investidores. O projeto aprovado por unanimidade na Câmara de Vereadores no início desta semana é fruto de um estudo desenvolvido com a participação da 21ª Subseção da OAB-MT.

O projeto altera e revoga alguns itens do Código Tributário Municipal, estabelecendo normas para a cobrança dos alvarás. A proposta, de autoria do Executivo, foi desenvolvida por uma comissão especial.

Além da OAB de Lucas do Rio Verde, integraram o grupo representantes da Associação Comercial e Industrial de Lucas do Rio Verde (Acilve) e Associação dos Contabilistas, entre outros segmentos da sociedade.

A proposta traz uma nova fórmula de cálculo do alvará com base na área ocupada pelo estabelecimento, permitindo ao empresário mais segurança ao calcular o valor a ser pago e também num eventual pedido de revisão ou medição.

De acordo com o presidente da Subseção de Lucas do Rio Verde, Eduardo Villela, o parecer da comissão de Direito Tributário foi fundamental para a conclusão do projeto. O estudo foi desenvolvido ao longo de aproximadamente seis meses.

Conforme o presidente da comissão especial que desenvolveu a proposta, vereador Gilson Baitaca, a reforma no Código Tributário deve contribuir muito com o desenvolvimento do Município, desonerando as empresas e permitindo a criação de novas vagas de emprego ou melhoria de salários.

OAB-MT assina termo de intenção para fiscalizar transporte coletivo

Diversas entidades dos governos federal e estadual e representantes da sociedade civil assinaram, no dia 25, um Termo de Intenção que visa assegurar os direitos da pessoa idosa por meio da fiscalização.

O documento foi assinado durante a 1ª edição o Prêmio Cândido Rondon, no auditório da OAB-MT, tem como iniciativa promover, por meio da fiscalização em conjunto das entidades signatárias, o cumprimento da Lei do Idoso no que se refere à gratuidade e desconto de 50% na compra de passagens no transporte coletivo.

De acordo com o presidente da Comissão de Direito do Idoso da OAB-MT, Isandir Rezende, com a proposta, Mato Grosso passa a ser o primeiro estado do Brasil a realizar este trabalho. Ele, que participou de diversas operações realizadas em Rondonópolis neste ano, trouxe a iniciativa para todo o estado por meio do Termo de Intenção.

Além da OAB-MT, assinam o documento a Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos (Sejudh), Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso, Ministério Público do Estado de Mato Grosso, Agência de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Estado de Mato Grosso (Ager), Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social (Setas), Secretaria de Estado de Segurança Pública (Sesp), Procon Municipal de Cuiabá, Sindicato Estadual dos Aposentados, Pensionistas e Idosos de Mato Grosso (Sindapi-MT) e Federação de Aposentados de Mato Grosso (Fedapi-MT).

Codel participa da reunião do Comitê Gestor do PJe no TRT

A Comissão de Direito Eletrônico (Codel) da OAB-MT participou da 2ª Reunião Ordinária do Comitê Gestor Regional do Processo Judicial Eletrônico (PJe) do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região (TRT 23), no dia 24.

Presidente da Codel Gonçalo Adão destacou os temas tratados durante a reunião, como a solicitação de que o TRT registre todas as instabilidades do PJe, conforme determina o parágrafo 2o., do art. 10, da Res. CNJ 185/2013.

"Solicitamos o registro de todas as instabilidades do PJe e não apenas aquelas que registram a indisponibilidade igual ou superior a 60 minutos, que obrigatoriamente deve gerar a respectiva certidão e consequentemente a suspensão do prazo para o dia seguinte, conforme descreve o art. 11, da aludida resolução. Até porque, o somatório de interrupções, ininterruptas ou não, podem ser igual ou superior a 60 minutos", afirmou.

A OAB-MT também irá formalizar pedido de suspensão de prazos para igual período de dias de indisponibilidade do PJe.

Vice-presidente da Codel, Thales do Valle Barbosa Anjos solicitou que o envio dos atos processuais do juízo via "push" deveriam aparecer o nome das partes, pois atualmente, é preciso entrar no PJe para saber a quem pertence o acompanhamento.

Na oportunidade, o juiz auxiliar da Presidência do TRT, Plinio Podoloan, responsável pela coordenação do Comitê realizou uma retrospectiva do PJe na gestão e decidiu diminuir a equipe técnica responsável, que conta hoje com 12 servidores.

Além disso, a análise de erros será auxiliada pelas Regionais do TRT, bem como a construção de programas satélites. "Dr. Plínio deixou claro que qualquer iniciativa do Tribunal para construção de programas satélites, primeiro deverá solicitar anuência do comitê gestor", disse Gonçalo Adão.

Responsável pela área de Tecnologia da Informação do PJe, Thiago Noboru adiantou que a versão atual do PJe é considerada a mais estável até então e a previsão para atualizar para a nova versão, 1.13 é para o final de dezembro.

Comissões recolhem assinaturas para climatização do Fórum de Cuiabá

A campanha Climatiza Já lançada pela OAB-MT recebeu o reforço das Comissões Temáticas que recolheram assinaturas para o abaixo-assinado que pede a climatização do Fórum de Cuiabá, entre os dias 24 a 27 de outubro.

A Comissão do Jovem Advogado (Cojad) iniciou a coleta de assinaturas no Fórum de Cuiabá já no dia 24. No dia 25, foi a vez da Comissão de Estagiários mobilizar os usuários do Fórum para aderirem à campanha #ClimatizaJá.

A Comissão de Direito Imobiliário e Urbanístico esteve no Fórum de Cuiabá no dia 26. Para encerrar a semana, a Comissão de Direito Civil e Processo Civil recolheu assinaturas no dia 27.

O objetivo da campanha é sensibilizar a diretoria do Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT) para promover melhorias na infraestrutura do Complexo, inaugurado em 2005. Cuiabá é considerada uma das capitais mais quentes do país, e é uma das únicas comarcas cujo Fórum ainda não consta com sistema de climatização que assegure salubridade e bem-estar a seus milhares de usuários.

O abaixo-assinado está disponível na sede e nas salas da OAB-MT no Fórum de Cuiabá, no TJMT, no Tribunal Regional Eleitoral (TRE-MT), Justiça Federal, Tribunal Regional do Trabalho (TRT), nos Juizados Especiais (Edifício Maruanã) e na Escola Superior de Advocacia (ESA-MT).

Além de assinar o abaixo-assinado, a sociedade pode apoiar a campanha pela climatização do Fórum de Cuiabá utilizando a hashtag #ClimatizaJá em postagens nas redes sociais que ilustrem as dificuldades vivenciadas no Fórum, em razão das altas temperaturas.

Mais quatro Seccionais abraçam a campanha Mero Aborrecimento

Idealizada pela OAB-MT, a campanha Mero Aborrecimento Tem Valor se tornou um sucesso nacional. A iniciativa foi incorporada pelo Conselho Federal da OAB e vem se estendendo para todas as seccionais.

No dia 25, o presidente da Comissão de Defesa do Consumidor da OAB-MT, Rodrigo Palomares – um dos idealizadores da campanha -, participou do lançamento da iniciativa na Seccional do Distrito Federal. No dia seguinte, ele foi convidado para lançar a campanha Mero Aborrecimento na Seccional do Espírito Santo.

Rodrigo Palomares também foi convidado para o lançamento das campanhas das seccionais do Piauí e Tocantins nos próximos dias.

Em Mato Grosso, a campanha foi lançada pelas CDC e pela Comissão de Juizados Especiais com o objetivo de estudar as sentenças fundamentadas no "mero aborrecimento" como excludente da responsabilidade civil.

Cerca de um mês após seu lançamento no Estado, a campanha recebeu mais de 100 sentenças e, a partir de então, a mobilização vem se estendendo para todo o país por meio das comissões de Defesa do Consumidor.

A proposta é fazer um estudo aprofundado da teoria do "mero aborrecimento" com base nas sentenças já prolatadas e sensibilizar o magistrado a avaliar cada caso, uma vez que não há previsão legal que embase a utilização do "mero aborrecimento" como excludente da responsabilidade civil.

Com a participação do Conselho Federal e das seccionais, o estudo será feito em âmbito nacional. Advogados e cidadãos que tiveram uma ação negada com a justificativa do "mero aborrecimento" podem continuar encaminhando cópia da sentença para a o e-mail meroaborrecimento@oabmt.org.br.

Idosos são homenageados com Prêmio Cândido Rondon

Criado a partir do desenvolvimento de trabalhos em prol da defesa dos direitos da pessoa idosa, o 1º Prêmio Cândido Rondon homenageia as pessoas que se dedicam especialmente a esta causa.

Iniciativa do Conselho Estadual da Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa (Cedepidi/MT), a primeira edição do Prêmio Cândido Rondon ocorreu no dia 25, no auditório da OAB-MT.

De acordo com o presidente do Cedepidi e da Comissão de Direito do Idoso da OAB-MT, Isandir Rezende, um conselho de direitos tem a função de aproximar a população dos gestores públicos, promovendo a discussão das principais necessidades a fim de nortear as escolhas das ações sociais e políticas que melhor atenderão a esse grupo de pessoas.

Assim, a idealização do Prêmio Cândido Rondon destaca a realização dos trabalhos que valorizam as políticas públicas voltadas para as pessoas idosas e vem para agregar valor ao tema, reconhecem as pessoas que se dedicam à causa e convocando novos defensores.

São homenageadas sempre duas personalidades, uma em vida e outra "in memorian". Qualquer cidadão pode se inscrever ou indicar alguém para concorrer à premiação.

Comissão de Direitos Humanos recebe denúncia de maus tratos de menores em clínica de Várzea Grande

A Comissão de Direitos Humanos da OAB-MT recebeu denúncia do Conselho Tutelar do município de Denise referente à maus tratos de menores na clínica Liberdade de Várzea Grande.

Os membros do Conselho Tutelar, Lucimar Borba dos Santos Garcia Guebarra, Tiago Favalessa Teixeira e o motorista do órgão, Fagner da Silva Melo apresentaram a denúncia para a presidente da Comissão, Betsey Polistchuk de Miranda.

Conforme o termo de denúncia, o Conselho Tutelar veio buscar o menor L. F. B. S., de 17 anos, que estava internado na clínica Liberdade, e relataram à presidente da Comissão que "os menores e os de maiores vieram pedir em estado de desespero socorro por estarem sofrendo maus tratos, como cárcere privado, agressões físicas e psicológicas, entre outros mais graves como abusos de ordem sexual".

Além disso, também destacaram que as injeções são dadas pelos próprios monitores que não estão habilitados para ministrar medicação, e estas injeções deixam os internos desacordados por até três dias.

Diante dos fatos, a equipe do Conselho Tutelar procurou a Secretaria de Trabalho e Assistência Social (Setas) que encaminhou até o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA) e de lá para a Delegacia Especializada do Adolescente (DEA), e então para o 4º Batalhão que acompanhou até a clínica Liberdade, de onde retiraram o menor e dali foram até a Central de Policiamento de Várzea Grande para fazer o boletim de ocorrência. O menor passou pelo Instituto Médico Legal (IML).

Foram feitos três boletins de ocorrência sobre o caso junto à Polícia Judiciária Civil.

A presidente da Comissão acompanhou o caso durante toda a noite do dia 24 de outubro e atuou junto com a Procuradoria do Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT), e solicitou ao Ministério Público Estadual (MPE) de Várzea Grande para realizar vistoria na Clínica junto com o Conselho Tutelar e o MP da Infância e Juventude.

Comissões realizam campanha em prol de creche

As comissões de Infância e Juventude (CIJ) e do Jovem Advogado (Cojad) da OAB-MT realizaram uma campanha em prol da Creche Vó Cristina no dia 29.

Fundada em 1985 pela missionária Cristina de Melo, a creche localizada no Jardim Mossoró, em Cuiabá, é mantida por voluntários e atende mais de 50 crianças e adolescentes com idade entre 2 meses e 14 anos.

Em comemoração ao mês da criança, a comissões se uniram para proporcionar um momento de lazer e arrecadação de alimentos não perecíveis, leite e fraldas para a instituição manter o trabalho.

Atleta paralímpico conquista seis medalhas para Mato Grosso

Alisson Ampolini ingressou nos quadros da OAB-MT há mais de dez anos, mas hoje suas principais conquistas não são nos tribunais. Somente neste mês de outubro ele conquistou seis medalhas para Mato Grosso.

O advogado licenciado é atleta paralímpico e trouxe duas medalhas de prata e quatro de bronze do VIII Meeting Cearense de Natação Paralímpica. A competição contou com a participação de 170 atletas de 14 unidades federativas e o mato-grossense levou prata nas provas dos 50 e 100 metros nado peito, classe SB9, e bronze nos 50 metros nado costas, 100 metros borboleta, 400 nado livre da classe S10 e 200 metros medley, classe SM10.

Organizado pela Federação Cearense de Desportos Aquáticos (FCDA) e Associação Cearense de Esporte Adaptado (Acea), o evento aconteceu nos dias 15 e 16 de outubro em Fortaleza.

"Consegui melhorar seis marcas pessoais e representar mais uma vez a natação paralímpica estadual, tarefa ainda solitária, mas recompensadora pelo crescimento do esporte adaptado nacional", comentou.

Para isso, ele concilia uma rotina de treinos seis dias por semana com o trabalho. Alisson, que atuou como advogado em Rondonópolis, Primavera do Leste e Pedra Preta, se licenciou quando ingressou no concurso do Poder Judiciário de Mato Grosso.

Contudo, ele garante que continua acompanhando a atuação da OAB-MT, especialmente as iniciativas de apoio ao esporte, a exemplo da Corrida da Advocacia, realizada em parceria com a CAA-MT.

Alisson afirma que embora esteja emprenhado com melhores resultados na natação paralímpica, vem realizando a tarefa conciliando com sua atuação profissional, tendo em vista sua formação acadêmica.

Focado no circuito nacional, ele comenta que a classificação para o índice nacional é bem difícil e que praticamente todos os atletas que conseguem chegar à elite do esporte paralímpico tiveram um regime de dedicação exclusiva ao esporte. No entanto, Alisson avalia que, mesmo treinando em Mato Grosso, onde desempenha quase solitariamente a representação na natação paralímpica, é possível ser competitivo. Seu treinamento é direcionado pelo técnico Diego Calado, da Associação dos Deficientes Físicos de Alagoas (Adefal) e supervisionado pelos instrutores de Rondonópolis.

O atleta possui agenesia de membro superior com hipodesenvolvimento de braço e antebraço esquerdo e compete em todos os estilos de nado pelas classes com menor grau de deficiência física desde 2013.

Sinop recebe I Conferência da Mulher Advogada e I Encontro da Jovem Advocacia

A I Conferência Estadual da Mulher Advogada e o I Encontro Estadual da Jovem Advocacia serão realizados pela OAB-MT nos dias 24 e 25 de novembro no auditório da Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) em Sinop.

O presidente do Conselho Federal da OAB, Claudio Lamachia participa da abertura do evento, assim como a vice-presidente da OAB no Distrito Federal, Daniela Teixeira. Também participam o presidente da Comissão Nacional da Advocacia Jovem do Conselho Federal, Alexandre Montavani e a presidente da Comissão Nacional da Mulher Advogada, Eduarda Mourão. Os representantes nacionais das Comissões também estarão em reunião no dia 25.

No dia 25 será realizada palestra sobre a "Tutela Jurídica do Agronegócio em face do Direito Ambiental Brasileiro" pelo presidente da Comissão Permanente de Meio Ambiente da OAB-SP, livre docente em Direito Ambiental e doutor em Direito das Relações Sociais pela Pontifícia Católica de São Paulo (PUC-SP), Celso Antônio Pacheco Fiorilho.

As inscrições estão abertas e podem ser realizadas pelo link da ESA-MT no site da OAB-MT.

Para os acadêmicos de direito e estagiários regulares com a entidade o custo da inscrição é de R$30. Os jovens advogados terão custo de R$40 com a inscrição, e os advogados regulares com a entidade o valor será de R$50. Já para o público em geral, o investimento é de R$80. Os participantes serão certificados pela ESA-MT com carga horária de 20h.

Desagravo público mobiliza advocacia de Tangará da Serra

O ato de desagravo público realizado pela Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Mato Grosso (OAB-MT) mobilizou a advocacia de Tangará da Serra no dia 27 de outubro.

A ação foi proposta em face de atitudes do comandante do 19º Batalhão da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, major Vanilson da Silva Morais, que impediu a advogada Elaine Josefa de Souza de acompanhar a confecção de Boletim de Ocorrência e oitiva de seu cliente. Após o ato, o policial militar ainda denegriu a imagem da profissional e de toda a classe junto aos meios de comunicação local.

"A noite em que ocorreram os fatos foi lamentável para a advocacia, pois eu estava junto a pessoas que deveriam saber e defender as nossas prerrogativas e simplesmente preferiram esnobar nossos direitos", desabafou Elaine.

Emocionada, a advogada aproveitou para agradecer o apoio oferecido pela OAB-MT que, segundo ela, tem se destacado quando se trata da defesa das prerrogativas.

"Atitudes como a de hoje, de vir a Tangará da Serra fazer o ato de desagravo, demonstram claramente que não será mais permitido esse tipo de atitude, passam tranquilidade para que nós continuemos seguindo nosso trabalho tranquilamente, sem temer qualquer pessoa que tente atrapalhar o exercício do nosso ofício", disse ela.

O presidente da OAB-MT, Leonardo Campos, ressaltou que a Ordem estará presente em todos os lugares do Estado em que as prerrogativas dos advogados forem violadas. "Não vamos tolerar qualquer violação de prerrogativa no Estado de Mato Grosso, afinal, advogado valorizado, significa cidadão respeitado", afirmou.

Apesar da atitude do major, Leonardo Campos lembrou que a subsecção de Tangará da Serra ressalta o trabalho que a Polícia Militar tem realizado na cidade. "Esperamos que este tenha sido um caso isolado", ressaltou.

O presidente do Tribunal de Defesa das Prerrogativas (TDP), André Stumpf, lembrou que foi dada a oportunidade do major se manifestar nos autos, porém, além de se recusar, ele ofendeu novamente a advogada, funcionários e a entidade como um todo, usando palavras de baixo calão.

O ato de desagravo foi aprovado por unanimidade no Conselho Seccional da OAB-MT. Além do desagravo, foi encaminhado pedido de instauração de processo disciplinar à Corregedoria da Polícia Militar a fim de que se apure a conduta do major.

Participaram do ato de desagravo público o presidente da subsecção de Tangará da Serra, Kleiton Carvalho; o conselheiro federal Josemar Santos, o presidente da Caixa de Assistência dos Advogados de Mato Grosso (CAA-MT), Itallo Leite; o presidente do Tribunal de Ética e Disciplina (TED), João Benetti, e os conselheiros estaduais Fernando Figueiredo e Vinicius Hunhoff.

OAB-MT firma convênio com Instituto de Protestos

Em convênio firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Título do Brasil (IEPTB-MT), a OAB-MT continua a recuperação de créditos, conforme recomendação do Conselho Federal da entidade para a cobrança de passivos.

Para atender a recomendação do Conselho Federal, a OAB-MT também prorrogou a campanha de renegociação até dezembro.

Diretor tesoureiro da OAB-MT, Helmut Preza Daltro explica que a principal fonte de receita é a anuidade e que ao assumir, a atual gestão identificou um passivo de quase 50% de inadimplência.

"Temos pontos positivos com o convênio firmado, como evitar a judicialização. É uma ferramenta administrativa de recebimento, não temos despesas processuais e diminuímos o fluxo do Poder Judiciário, na tentativa de fazer o recebimento amigável deste valor. O protesto se torna um meio muito eficaz de recebimento destes valores, ainda mais com a roupagem trazida pelo Instituto, com todos os procedimentos feitos online", assegurou.

Conforme o diretor tesoureiro, as ferramentas disponibilizadas pelo Instituto permitem que o protesto seja realizado via Internet.

"São informações online, desde o apontamento, o tabelião recebe a informação de que a OAB está protestando um título em seu sistema, que é encaminhado ao advogado à informação de que existe um título para ser protestado e tem o prazo de até três dias para fazer esse pagamento, no cartório ou aqui na OAB-MT. E feita essa negociação da dívida, a baixa também se dá pela Internet. É eficaz, prático e célere".

Helmut Daltro ainda esclarece que mesmo os advogados sendo protestados também podem se valer da campanha de renegociação. "A campanha de renegociação continua com aqueles valores e descontos, e a OAB-MT está de braços abertos para os advogados, que pode vir e renegociar a sua dívida".

Para o diretor tesoureiro, a expectativa da entidade com o convênio é garantir a diminuição desta inadimplência e valorizar os adimplentes. "Em um universo de 100% ter 50% de inadimplência significa dizer que mesmo sem contribuir, metade dos advogados inscritos na OAB também usufruem dos mesmos serviços que os adimplentes, que mesmo na crise nacional, fazem questão de honrar com seu juramento", concluiu.

TCE-MT suspende prazos e assegura férias da advocacia

Uma das principais conquistas recentes da advocacia, o direito às férias, vem se tornando cada vez mais, um a realidade no estado. Atendendo ao pedido da OAB-MT, o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso (TCE-MT) suspendeu os prazos processuais de 21 de dezembro a 20 de janeiro de 2017.

O Novo Código de Processo Civil (CPC) assegura o prazo de 20 de dezembro a 20 de janeiro para as férias da advocacia privada. Para garantir o cumprimento da legislação, a OAB-MT vem trabalhando junto aos tribunais para ressaltar a importância da suspensão de prazos, audiência e sessões de julgamentos.

Levando em consideração o pedido da OAB-MT, o presidente do TCE-MT, conselheiro Antonio Joaquim, editou a Portaria 159/2016, suspendendo os prazos processuais. Também já garantiram as férias da advocacia por meio de portarias que estão em vigor o Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1) e o Tribunal Regional do Trabalho (TRT).

Não podemos admitir o ensino jurídico como atividade mercantil, destaca Leonardo Campos

O Direito ainda é um dos cursos com maior procura por parte dos estudantes dos mais diferentes perfis, no entanto, a qualidade do ensino jurídico, há algum tempo já vem sendo alvo de questionamento. Para o presidente da Ordem OAB-MT, Leonardo Campos, não há dúvidas de que, no estado, a qualidade está muito aquém do ideal.

Na avaliação de Leonardo Campos, a falta de valorização do professor com capacitação, remuneração e estrutura física adequadas refletem diretamente em baixa qualidade do ensino jurídico.

"Não podemos admitir o ensino jurídico como atividade mercantil, na qual as instituições de ensino visam apenas e tão somente o lucro, não dando condições aos seus mestres de formar futuros profissionais", destacou o presidente da OAB-MT.

Ele avalia para que o professor tenha condições de passar seus conhecimentos é preciso que ele se capacite, tenha mestrado e doutorado custeado pelas instituições de ensino, afinal, ao oferecer ensino jurídico de qualidade, é a própria faculdade quem vai colher os resultados.

Ciente de que a qualidade do ensino jurídico está longe do ideal, Leonardo Campos afirma que a OAB-MT precisa e pretende, cada vez mais, dentro do seu papel fiscalizador, fazer esse debate com a academia.

A OAB-MT conta com uma Comissão de Ensino Jurídico, que tem atuado permanentemente junto às faculdades de Direito, inclusive acompanhando denúncias. Também foi reativada recentemente a Comissão de Estagiários, por meio da qual os estudantes inscritos na entidade podem discutir melhorias para o desempenho das atividades acadêmicas visando a preparação para o mercado de trabalho.

A avaliação ocorreu durante a abertura da 19ª Semana Jurídica, no dia 19. O evento conta com a participação de mais de 3 mil alunos e é realizado com a parceria da OAB-MT, reunindo especialistas de renome do país na discussão de temas atuais em destaque na sociedade, como a Operação Lava-Jato.

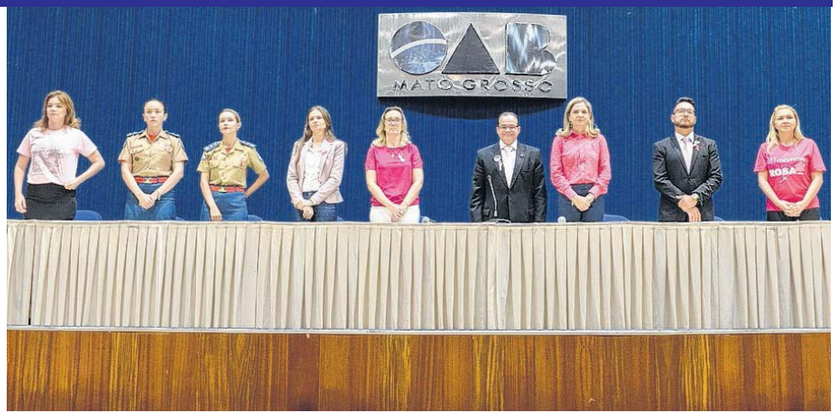
Ações de conscientização e esclarecimento jurídico marcam Outubro Rosa

A cor rosa ilumina durante todo este mês, a fachada da sede da OAB-MT como parte da campanha Outubro Rosa em parceria com a CAA-MT. Com o intuito de conscientizar a sociedade em geral sobre a importância da prevenção e do autoexame, a entidade promove diversas ações durante o mês de outubro.

Presidente da Comissão de Direito da Mulher e secretária-geral adjunta da OAB-MT, Gisela Cardoso destaca a importância da campanha, uma mobilização mundial, cuja finalidade principal é a conscientização da importância da prevenção.

A campanha foi lançada no dia 6, com palestras e uma noite de entretenimento, com apresentação da banda do Corpo de Bombeiros e food trucks que estiveram estacionados em frente ao auditório da entidade.

"OAB-MT adere a campanha em parceria com a CAA-MT com a finalidade de informar e conscientizar, não só advogadas e advogados, mas a sociedade em geral. Na campanha do Outubro Rosa também teremos algumas ações nas salas da OAB no Fórum, no Tribunal Regional do Trabalho (TRT), na Justiça Federal, voltada às advogadas, advogados, estagiários e estagiárias. São ações de conscientização", ressaltou.



Presidente da OAB-MT Leonardo Campos ressaltou que a campanha já é uma tradição na entidade. "Iniciamos esta tradição quando estávamos na Caixa e agora em parceria com a OAB-MT visamos despertar a população para a importância do autoexame", observou.

Leonardo Campos também lembrou que a CAA-MT garantiu convênios com facilidades para as mulheres advogadas realizarem exames e que irão lutar para que as advogadas que não possuem plano de saúde possam ter acesso por um valor diferenciado.

“Ou cai o castelo de cartas ou se cria um novo Código de Processo Penal”, avalia Guilherme Nucci

Um dos mais conceituados doutrinadores do Direito Penal brasileiro, o professor Guilherme Nucci abriu a 19ª Semana Jurídica realizada pela OAB-MT, ESA-MT, CAA-MT e Universidade de Cuiabá (Unic), no dia 19, com a palestra “A Operação Lava-Jato e o Direito Penal”.

Autor de diversos livros e livre-docente da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Nucci destacou quatro pontos da Operação Lava-Jato que chamam sua atenção em razão das inconformidades com a legislação.

Entre os principais pontos destacados por ele, estão o que chama de uma nova modalidade de condução coercitiva, a segurança jurídica das ações desempenhadas nos outros graus de jurisdição, a lei de interceptação telefônica e os impactos no processo legislativo.

Contudo, ele faz questão de destacar que a Operação Lava-Jato não está errada e lembra que já produziu efeitos excelentes ao demonstrar que não são apenas os pobres que vão para a cadeia, mas que existem abusos que precisam ser corrigidos.

“Das duas, uma: ou cai o castelo de cartas inteirinho de uma operação que todos nós estamos aguardando resultado positivo e vamos nos ver frustrados, ou então se cria um novo Código de Processo Penal e aí todos os juízes do Brasil estão autorizados a fazer exatamente a mesma coisa que se faz em Curitiba”, avaliou.

Nucci lembra que até o momento todas as ações decorrentes da Operação Lava-Jato ocorreram no primeiro grau de jurisdição e deverão se submeter ao segundo grau e tribunais superiores. “Se os tribunais superiores desse país mantiverem exatamente tudo da parte penal da Operação Lava-jato, nós acabamos de reformar o Código de Processo Penal (CPP) pela jurisprudência. Não precisa mais haver Legislativo. Estão perdendo tempo analisando esse novo projeto de CPP. Já está reformando. Está reformado aos pouco, com prisões, conduções coercitivas, ofícios, divulgações, publicidade fora de hora”, explicou.

Além das mudanças decorrentes destas ações que já estão sendo adotadas por magistrados de todo o país, outro efeito da Operação Lava-Jato, é que está levando o Poder Legislativo a discutir mudanças na legislação, analisando as medidas sugeridas pelo Ministério Público Federal.

Em sua avaliação, trata-se de mudanças preocupantes, como os vários dispositivos que restringem o habeas corpus, impedindo liminar, excluindo a medida de determinadas situações, por exemplo. “Estão discutindo isso. Eu não consigo acreditar que estou numa democracia quando vejo essas coisas, porque nem na Ditadura Militar se discutia isso”, comenta.

Levando em consideração uma série de irregularidades apontadas no processo até então, como acordos de delação premiada e conduções coercitivas não previstos na legislação, o professor prevê que quando a questão chegar aos tribunais superiores, a Operação Lava-Jato pode ser anulada e ter que começar tudo de novo. “E a aí prescrição correu solta. Vocês vão aplaudir ou vão chorar?”, questiona.

Desta forma, ele alerta que não se pode pensar que as decisões tomadas em Curitiba são definitivas.**“Não adianta fazer média com sentença condenatória. Não adianta fazer média com prisão atrás de prisão porque um dia tudo isso vai ser reavaliado. E nós vamos fazer o que? Sair à rua e derrubar o STJ? Mormente nós, operadores do Direito que nos calamos quando vimos o abuso ser concretizado. Eu não quero que a Operação Lava-Jato acabe. Eu quero que ela dure para sempre, mas se as manguinhas forem colocadas de fora, se as ilegalidades continuarem, eu não sei onde vai parar”**, disse.

Guilherme Nucci ressalta que as instituições brasileiras estão desmoralizadas. “O Executivo perdeu a ética, a vergonha. O Legislativo, junto. Então a sociedade não acredita em mais nada. Sobrou quem como Paladino da Justiça? Um pedacinho do Judiciário que está criando regras próprias e todo mundo aplaudindo”, comentou.

No entanto, para ele, o Judiciário tem se mostrado “de joelhos” diante de uma série de situações até o momento, inclusive perante o crime de divulgação de interceptação telefônica.

Avaliando os prós e contras da Operação Lava-Jato, o professor afirma que, dentre seus melhores efeitos, o sentimento de que a lei vale para todos, a pergunta que fica diante da situação é: “o rico ficará na cadeia ou vai sair daqui a pouco e não vamos nem perceber por qual porta ele vai pra casa?”.

Segundo Nucci, prender é fácil, mas garantir a punição de verdade é muito difícil e completamente diferente, por isso, não podemos nos deixar levar pelo momento. Da mesma forma, destaca que os magistrados não podem agir pelo apelo popular, mas sim pautados pela legislação.

Decisões da Lava-Jato refletem em Mato Grosso

Com uma série de irregularidades questionadas pelos principais especialistas em Direito Penal e Processual Penal do Brasil, a Operação Lava-Jato possui efeitos em todo o país, inclusive em Mato Grosso. Secretário-geral da OAB-MT, Ulisses Rabaneda destacou que, no Estado, algumas ações são deflagradas com base em decisões adotadas em Curitiba (foro da Operação Lava-Jato).

Exemplo disso, segundo ele, são as operações sucessivas que não guardam entre si identidade de objeto, levando apenas o mesmo nome para que haja vinculação a um determinado julgador. “Isso vem sendo admitindo, violando o princípio constitucional do juiz natural”, observou.

A medida, conforme tem apontado os especialistas, demonstra que uma nova jurisprudência vem se formando a partir das decisões do juiz Sérgio Moro, situação que invariavelmente decorre da aplicação equivocada das normas legais.

“Hoje, lamentavelmente, se tem endossando algumas ilegalidades. Não se pode dar mais importância à opinião pública do que, efetivamente, à nossa Constituição e às nossas leis, pois isso irá refletir em todos”, destacou o secretário-geral.

Ele lembra que o Golpe Militar de 1964 contou com o apoio da população que depois se voltou contra ele, demonstrando o perigo de se ouvir o reclame popular em detrimento da Constituição da República.

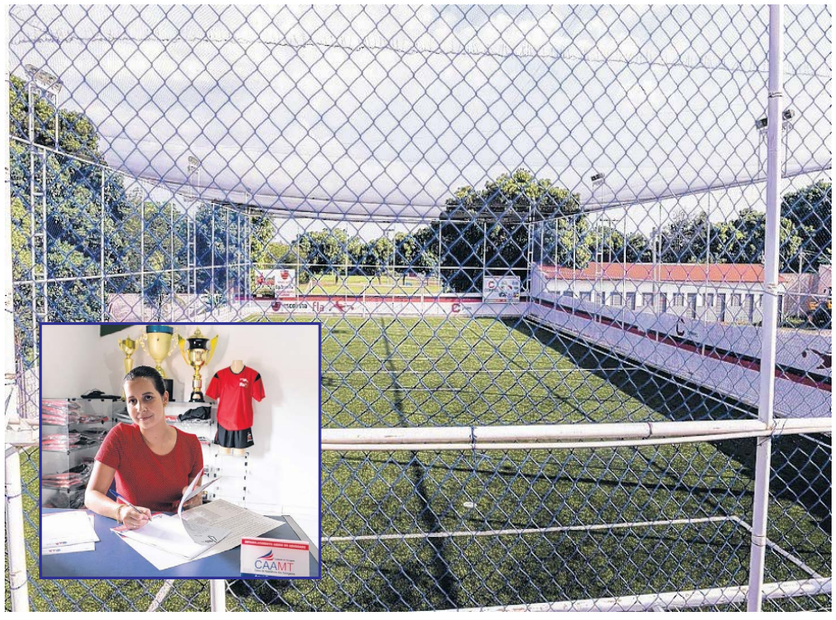
De acordo com o advogado, mesmo na época da Ditadura Militar a jurisprudência se formava para proteger garantias individuais, a exemplo da liminar em habeas corpus, concedida pela primeira vez em 1964 no Superior Tribunal Militar. “Mas hoje, em pleno regime democrático, a jurisprudência é pela limitação do habeas corpus. Olha o paradoxo: a criação da liminar no regime militar e, na democracia, a limitação com a aplicação da Súmula 691 do STF”, comentou.

CAA/MT firma convênios com empresas de Cuiabá e Várzea Grande

A Caixa de Assistência dos Advogados de Mato Grosso (CAA/MT) informa aos profissionais da advocacia que celebrou parcerias com empresas de Cuiabá e Várzea Grande. A partir de agora, além de atendimento personalizado, advogados e advogadas passam a ter descontos especiais nos seguintes estabelecimentos:

Escola do Farina – Ensino Médio e Pré-vestibular

30% de desconto na mensalidade em cima dos valores praticados pela instituição. Desconto para pagamento até a data de vencimento. (65) 3628-3033.

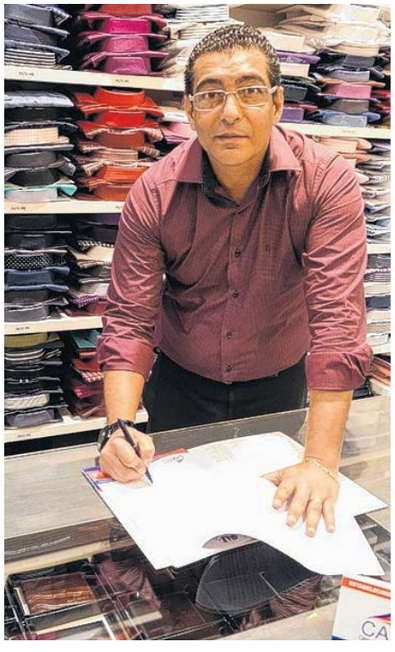


Escolinha do Flamengo – unidades Cidade Alta e Carumbé

30% de desconto nas mensalidades para pagamento até a data de vencimento. Desconto não aplicado na taxa de matrícula e não cumulativo com outras promoções. (65) 3359-1299 e 3359-5570.

Kevingston Várzea Grande Shopping

20% de desconto nas compras e 30% de desconto no mês de aniversário do profissional da advocacia. Os descontos não são cumulativos entre si e nem com outras promoções. (65) 3029-2003



San Remo Pantanal Shopping – Moda masculina

15% de desconto (exceto produtos Aleatory). (65) 3901-3970

CAA/MT celebra Dia das Crianças com realização do 3º Happy Day

A Caixa de Assistência dos Advogados de Mato Grosso (CAA/MT) realizou no dia 12 de outubro a 3ª edição do projeto Happy Day. O evento comemorativo ao Dia das Crianças reuniu profissionais da advocacia, seus filhos(as) e dependentes para um day use na Fazendinha Cocoricó, em Cuiabá.

"Este é um momento para celebrarmos o Dia das Crianças e promovermos um momento agradável de interação entre as famílias", explica o presidente da CAA/MT, Itallo Leite. Mais de 200 pessoas participaram do 3º Happy Day.

Além do banho de piscina, o dia teve atrativos para todas as idades: passeio de charrete, trenzinho e a cavalo; trilha ecológica e alimentação de animais. A equipe de recreação fez a garotada dançar, brincar e se divertir pra valer durante todo o dia.

A advogada Cássia Regina Rodrigues avalia, de forma positiva, a realização do 3º Happy Day. "Eu achei o evento muito criativo. É, sem dúvida, um passeio diferente em que as crianças saem daquela rotina da cidade, cercada de equipamentos eletrônicos". "Tudo esteve perfeito. A Caixa de Assistência está de parabéns", completa a advogada Marcelle Freitas.

Mas o contentamento pela realização do happy day não foi exclusivo dos adultos, as crianças também demonstraram satisfação. "Eu amei o Dia das Crianças. Eu brinquei e me diverti bastante com meus amigos. Os eventos da Caixa são sempre incríveis.", revela Isabela Arruda (9). "Meu Dia das Crianças foi especial. O lugar é maravilhoso", avalia Cauã Monteiro (9).

3º HAPPY DAY – O 3º Happy Day foi realizado pela CAA/MT para comemorar o Dia das Crianças. Participaram do evento profissionais da advocacia, seus filhos(as) e dependentes. A taxa de inscrição para o day use foi de R$ 20 + 1kg de alimento não perecível.

CAA/MT participa do lançamento da campanha Outubro Rosa

O presidente e a secretária-geral, Itallo Leite e Ana Carolina Barchet, representaram a Caixa de Assistência dos Advogados no lançamento da campanha Outubro Rosa do Sistema OAB/MT. O evento foi realizado no início do mês de outubro, no auditório da Seccional, em parceria com o MTmamma.

"Este é um momento para refletirmos sobre o câncer de mama que é uma doença que vitima milhares de mulheres todos os anos, em nosso País. A Caixa de Assistência dos Advogados abraça essa importante causa social", afirma o presidente da CAA/MT.

A secretária-geral da CAA/MT destacou a importância do compartilhamento das informações sobre a doença. "Principalmente, que o câncer de mama tem tratamento e cura", completa. Ela conclamou todos os presentes a incentivarem mães, tias, filhas, avós, amigas a realizarem o autoexame das mamas. "É importante lembrar que a doença acomete homens também", finaliza.

O presidente da OAB/MT, Leonardo Campos, lembrou que a participação da Seccional na campanha Outubro Rosa teve início por meio das ações da Caixa de Assistência dos Advogados, em 2010. "Enquanto 'advogada da sociedade', a Ordem não poderia ficar de fora desse grande movimento, de nível mundial, em prol da saúde feminina".

De acordo com a presidente do MTmamma, Veralice Valéria, estão aumentando os números de casos de câncer de mama em pessoas jovens. Contudo, ela esclarece que há cerca de 90% de chances de cura quando o câncer de mama é diagnosticado em sua fase inicial.

O evento teve ainda duas palestras: métodos para detecção do câncer de mama e os direitos da pessoa com câncer. Os temas foram apresentados pela médica radiologista Fabiana de Moura Carvalho e pelo advogado e presidente da Comissão de Saúde da OAB/MT, Marcello Norbiatto, respectivamente. A Banda do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Mato Grosso também esteve presente, executando o Hino Nacional e canções populares.

Estiveram presentes ao lançamento da campanha Outubro Rosa do Sistema OAB/MT representantes da Polícia Militar, Corpo de Bombeiros Militar, Rede Feminina de Combate ao Câncer, Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher de Mato Grosso, profissionais da advocacia e sociedade civil organizada.

LUZ COR-DE-ROSA - A CAA/MT iluminou as fachadas de seus prédios em apoio à campanha mundial de prevenção ao câncer de mama: Outubro Rosa. Durante todo o mês de outubro, feixes de luz cor-de-rosa puderam ser vistos na sede administrativa da entidade, Centro de Saúde dos Advogados e Estacionamento dos Advogados.

O presidente da CAA/MT, Itallo Leite, lembra que a entidade incentiva as ações do Outubro Rosa há cerca de seis anos. "A Caixa de Assistência sempre está pronta a apoiar e realizar ações que venham ao encontro da saúde e bem-estar não apenas da advocacia, mas de toda a sociedade".

OAB de Tangará da Serra apresenta Carta das Águas

Após audiência pública promovida pela subseção de Tangará da Serra da OAB-MT no dia 26, foi elaborada a Carta das Águas, com propostas para o futuro dos recursos hídricos no município e região.

Com o tema "Abastecimento de Água e Projeções para o Futuro", a audiência reuniu população e sete profissionais de diferentes áreas relacionadas ao problema do abastecimento de água e meio ambiente para discutir as soluções. O evento foi organizado pela Comissão de Proteção Animal e Ambiental (Copan) da OAB Tangará da Serra.

Presidente da Subseção de Tangará da Serra, Kleiton Carvalho explica que o documento resultante da audiência pública apresente várias possibilidades de soluções para o problema da distribuição de água.

"Hoje temos 100 mil habitantes e tivemos o esgotamento da nossa água. E ano que vem? E daqui 50 anos?", questiona o presidente. A partir desta ótica, a proposta da Carta das Águas é provocar as autoridades competentes para que sejam adotadas, não apenas medidas de curtíssimo prazo, mas também pensando no futuro do município.

A Carta das Águas será entregue ao prefeito Fábio Martins na próxima semana e encaminhada às demais autoridades competentes. O documento é fruto de uma discussão técnica e propositiva com a participação da população.

Kleiton Carvalho pondera que a crise hídrica mostra que cada cidadão é responsável pelo meio ambiente e deve dar sua parcela de contribuição. "Temos que usar melhor a nossa água, economizar, replantar às margens das nascentes, preservar, poluir menos, senão ela vai acabar", alerta.

Desta forma, ele destaca que, daqui há 10 anos, se as propostas da Carta forem bem utilizadas pelo Poder Público, poderá ter a certeza que a OAB Tangará da Serra tomou a iniciativa e contribuiu para esse processo.

Palestras e campanhas marcam Outubro Rosa em Sorriso

Com o objetivo de promover a conscientização e prevenção do câncer de mama, o "Outubro Rosa" na OAB-MT de Sorriso foi marcado por palestras e campanhas.

Em parceria com o Poder Judiciário, no dia 19 de outubro, no Fórum foi realizada confraternização com palestra e bate-papo para advogadas e servidoras públicas, com a ginecologista e obstetra Rosemary Schimdt com o tema "Prevenção do Câncer de Mama: Riscos, Sintomas e Tratamentos".

A campanha foi desenvolvida pela Comissão da Mulher Advogada em conjunto com a presidente da Subseção Claudia Pereira Braga Negrão. São membros da comissão: Daniela de Paula Bergamaschi; (Presidente), Eusimara Ribeiro Silva, Lidiane Locatelli; Thais de Souza Costa Nicaretta; Fernanda Lemos Rigo e Solange da Silva.

Subseção se une às entidades em busca de mais segurança

Segurança pública e compromisso com os interesses da sociedade foram temas de uma reunião no dia 18 entre o presidente da 1ª Subseção da OAB-MT em Rondonópolis, Stalyn Paniago Pereira, membros do Conselho Comunitário de Segurança Pública (Conseg) e representantes do comércio local.

A iniciativa busca cobrar das autoridades competentes uma resposta efetiva de medidas que tragam à população mais segurança. Para Kátia Fares Dib, comerciante e diretora do Conseg, a reunião busca auxílio para conseguir explicações do poder público sobre os problemas que a sociedade vem enfrentando com a falta de segurança.

De acordo com o presidente da Subseção, Stalyn Paniago Pereira, a OAB se colocou à disposição para criar junto com a sociedade um Fórum Permanente de Discussão de Segurança Pública em Rondonópolis.

Debates de alto nível marcam I Seminário Jurídico

Debates de alto nível e de temas atuais e diversificados marcaram o I Seminário Jurídico – O Direito, A Política, Família, Ética e Sociedade realizado na última quinta-feira (13) no auditório da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Mato Grosso (OAB-MT).

Promovido pelos acadêmicos do 6º semestre do curso de Direito da Unic Pantanal em parceria com a ESA-MT o evento reuniu sete palestrantes que abordaram tanto questões técnicas como assuntos de repercussão social.

Sentença e Coisa Julgada, Técnica de interposição, admissibilidade e julgamento do recurso extraordinário; petição oficial e defesa do réu e compliance como instrumento mitigador da corrupção foram os debates do período matutino, conduzidos pelo juiz auxiliar da Corregedoria de Justiça de Mato Grosso, Antonio Peleja Junior; pelo professor Welder Queiroz e pelo secretário-adjunto do Gabinete de Transparência e Combate à Corrupção de Mato Grosso, Matheus Cunha.

Durante a tarde o foco foi no Processo Penal, com os debates acerca da Redução da Maioridade Penal; relativização da colaboração premiada da lei das organizações criminosas e fair trial no processo penal com as explanações do Defensor Público do Estado do Ceará, Emerson Castelo Branco; do senador José Medeiros e dos professores Laila Allemand, Ricardo Oliveira e Yuri Nadaf.

Para Emerson Castelo Branco, o debate foi excelente pela oportunidade de discutir um dos temas mais instigantes do Direito Penal, como a questão da redução da maioridade penal, podendo desconstituir o pensamento simplista decorrente do populismo irracional.

Da mesma forma, o senador José Medeiros elogiou a iniciativa e ressaltou que debates como esses são importantes pois qualificam a discussão e fazem com que as vozes cheguem ao parlamento.

Redução da maioridade penal deve ficar na 'gaveta' por mais alguns meses, avalia senador

Aprovada em agosto do ano passado na Câmara dos Deputados, a proposta de Redução da Maioridade Penal deve ficar na "gaveta" por mais alguns meses, conforme afirmou o senador José Medeiros no I Seminário Jurídico – O Direito, A Política, Família, Ética e Sociedade, realizado na OAB-MT no dia 13.

Membro da Comissão de Direitos Humanos do Senado, o parlamentar foi um dos debatedores sobre a Redução da Maioridade Penal. O painel também contou com a participação do Defensor Público do Estado do Ceará, Emerson Castelo Branco.

Ao todo, quatro Propostas de Emendas à Constituição (PEC) sobre o tema tramitam no Senado e estão sendo avaliadas pelas comissões desde o início do ano. Contudo, Medeiros lembra que o cenário de crise política e econômica que tomou conta do país desde o ano passado tirou o foco do debate acerca da Redução da Maioridade Penal. "Ficou agora, vamos dizer, um assunto paralelo que deve ficar na gaveta por mais alguns meses", disse.

De acordo com ele, trata-se de um tema latente no seio social. "Debater esses temas é muito importante porque o parlamento é uma caixa de ressonância do que está aqui. Então, esses debates são bons porque qualificam a discussão e o barulho chega ao Parlamento, que pode tomar decisões bem mais racionais porque o problema já foi bem debatido", avaliou o senador.

Para Emerson Castelo Branco, a Redução da Maioridade Penal é um dos temas mais instigantes do Direito Penal. "Tivemos a oportunidade de desconstituir esse pensamento simplista decorrente de populismo irracional que é entender a redução da maioridade penal como forma de redução da violência", destacou o defensor.

Ele destaca que o que leva à redução da violência é uma série de fatores, como diminuição da desigualdade social e da pobreza, da ausência de condições mínimas para o desenvolvimento do potencial humano e falta de acompanhamento do Estado.

Durante um curso realizado em Harvard, Medeiros conta que os estudiosos assinalaram que não há medidas a serem tomadas para a recuperação de menores infratores, uma vez que o índice de recuperação é pequeno e caro. Portanto, ele defende medidas que evitem que a criança e o adolescente entrem em situação de violência.

Contudo, o senador reconhece que não há clima no Senado para votar outra proposta, como chegou a ser discutido na época da votação na Câmara dos Deputados, acerca de uma revisão do Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), por exemplo.

Ao longo do ano, a OAB-MT vem discutindo assuntos de relevância social como esses. Inclusive, a redução da maioridade penal foi debatida em uma das edições do projeto Direito em Debate, com a apresentação de pontos favoráveis e contrários à medida.

Para juiz, são necessários 10 anos para assimilar os efeitos do novo CPC

Autor dos 10 volumes da coleção Curso de Direito do Trabalho Aplicado e da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) Comentada, o juiz titular da 88ª Vara do Trabalho de São Paulo e professor da USP, Homero Batista Mateus da Silva falou sobre os efeitos do novo Código de Processo Civil (CPC) na Execução Trabalhista na OAB-MT.

Uma palestra realizada em tom intimista trouxe aos advogados, principalmente àqueles que atuam na área trabalhista, algumas das mudanças que mais chamaram a atenção do magistrado desde a entrada em vigor do novo CPC neste ano.

"Nós tivemos a oportunidade de receber a interpretação que o Poder Judiciário está dando aos novos dispositivos de lei que regulam a execução trabalhista perante a alteração no CPC", explicou o presidente da Comissão de Direito do Trabalho da OAB-MT, Marcos Avallone.

Ele ressalta que o advogado deve estar em sintonia com aquilo que o Judiciário vai decidir e a forma como os juízes vão interpretar a norma jurídica.

"Os efeitos não são só acadêmicos, eles dependem dos processos então, portanto, só estão aparecendo agora e ainda vai demorar. Quantos anos demorou o CPC de 63 para a poeira baixar? 10 anos", ressaltou o palestrante.

Após a palestra, realizada no dia 7 o magistrado autografou exemplares da edição recém-lançada da CLT Comentada

Badaró aponta aspectos positivos e negativos da Lava-Jato para o Processo Penal

Livre-docente em Direito Processual Penal pela Universidade de São Paulo (USP), Gustavo Badaró fez uma breve análise sobre os efeitos de grandes operações, a exemplo da Lava-Jato, na prática do Direito.

De acordo com o professor, um dos importantes efeitos destas operações é mostrar que ninguém está acima da lei. "Antigamente não se imaginava que isso pudesse ocorrer em relação a pessoas poderosas, políticos e empresários muito ricos. Esse é um aspecto positivo", disse.

No entanto, Badaró pondera que, em que pese o combate à corrupção ser o objetivo de todos, ele não pode ser feito de qualquer forma ou a qualquer custo.

"Um aspecto que me parece negativo é uma certa crença da sociedade de que os fins justificam os meios", comentou. Segundo o professor, em várias situações da Operação Lava-Jato foram descumpridas certas regras processuais e garantias fundamentais.

Além disso, ele aponta como um dos primeiros aspectos negativos seria uma certa seletividade em termos de escolha de quem seriam os alvos das investigações.

Badaró esteve na OAB-MT no dia 13, onde ministrou a palestra sobre os reflexos do novo Código de Processo Civil (CPC) no Processo Penal durante o "I Seminário Jurídico – O Direito, a Política, Família, Ética e Sociedade".

O professor ainda acredita que as mudanças que já são sentidas, principalmente para os usuários do primeiro grau da Justiça, não devem ter efeito imediato nos processos oriundos da Operação Lava-Jato, especialmente no que diz respeito à celeridade introduzida pelo novo CPC.

Na avaliação dele, na Lava-Jato, esse efeito deve ser sentido quando se chegar à fase dos recursos especiais e extraordinários. "Mas até diante da nova posição do Supremo Tribunal Federal (STF) admitindo a execução provisória da pena quando a matéria estiver encerrada no tribunal local, no caso, Tribunal Regional Federal da 4ª Região, talvez esses efeitos não sejam tão sentidos por esse aspecto", explicou.

"Tem políticos que se elegem com base na violência", avalia defensor

Pensamentos que se tornam afirmações maciças sem que seja possível conhecer sua origem ou base teórica, o "Populismo Irracional" acabou se tornando um dos temas centrais da palestra do defensor público do Estado do Ceará, Emerson Castelo Branco, durante o 'I Seminário Jurídico – O Direito, a Política, Família, Ética e Sociedade' na OAB-MT.

Convidado para realizar uma palestra sobre a redução da maioridade penal no evento promovido pelos estudantes do 6º semestre do Curso de Direito da Unic Pantanal em parceria com a ESA-MT, Emerson Castelo Branco chamou a atenção dos participantes ao defender o aprofundamento do estudo das causas da violência.

"Quando se fala do populismo irracional, estamos falando do que? Estamos falando de um grupo de pessoas que se alimentam dessas questões de violência", explicou o defensor.

De acordo com ele, hoje, a violência se tornou uma verdadeira indústria. "Então veja, hoje, esse populismo irracional, ele é uma indústria do ponto de vista econômico para parte da imprensa e é uma indústria para parte dos políticos que se elegem com base em jargões – não em pensamentos críticos – que são utilizados para manipular a dor das pessoas", avaliou.

Para Emerson Castelo Branco, a propagação de informações sem o devido estudo, reprodução de conceitos sem embasamento, é o que a alimenta essa indústria. Ele toma como exemplo uma frase popularmente difundida: "Bandido bom, é bandido morto". Conforme o defensor, mesmo sem qualquer estudo sobre isso, a reprodução desse pensamento se registra em pesquisas que demonstram o percentual de pessoas favoráveis à pena de morte.

Ao destacar a importância da discussão de temas fundamentais, como classificou a redução da maioridade penal, buscando os motivos determinantes que levam ao cometimento do crime, ele lembra que o populismo irracional trabalha com a dor e o sofrimento das pessoas, se alimentando de seus medos.

OAB-MT pede revogação do Decreto 380/15 e estudo aprofundado da Reforma Tributária

A OAB-MT juntamente com entidades representativas do setor produtivo solicitou ao governador de Mato Grosso, Pedro Taques, a revogação do Decreto 380/15 e uma cópia da proposta de Reforma Tributária que vem sendo desenvolvida pelo Estado e a pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). O documento foi encaminhado ao governo no dia 13.

Federação das Associações Comerciais e Empresariais de Mato Grosso (Facmat); Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Mato Grosso (Fecomércio-MT); Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas do Estado de Mato Grosso (FCDL-MT); Conselho Regional de Contabilidade de Mato Grosso (CRC-MT) e Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis, Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas de Mato Grosso (Sescon-MT) também assinam o documento.

A intenção é que o grupo possa fazer um estudo aprofundando da proposta de Reforma Tributária sob todos os aspectos e reflexos que poderá causar ao Estado, aos cidadãos e à classe empresarial.

Conforme as "Diretivas para discussão sobre o novo ICMS – Cidadão (SINTA 4.0 – Simples, Isonômico, Neutro, Transparente e Arrecadador)" apresentado pelo Governo e pela FGV, a proposta é de um ICMS com alíquota igual para todos os setores. Trata-se de um modelo que seria único no país, que resultará em uma mudança significativa e deixará Mato Grosso como uma "ilha" em relação ao tributo.

A previsão exposta pelo Executivo é de que o projeto seja encaminhado para a Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT) até 15 de novembro. Assim, diante da relevância da proposta, as entidades solicitaram cópia do projeto e dados técnicos que permitam o aprofundamento de seu estudo.

Além disso, o Decreto 380/2015, que altera o regulamento do ICMS em Mato Grosso, teve seu prazo para entrada em vigor adiado para o início do ano que vem, justamente em virtude da proposta de reforma tributária.

Contudo, o decreto editado em dezembro do ano passado, cuja entrada em vigor vem sendo adiada desde então, tem sido alvo de grande polêmica, inclusive com indícios de inconstitucionalidade.

Na avaliação do setor empresarial, se o decreto entrar em vigor, alguns setores do comércio podem se tornar totalmente inviáveis. Assim, reconhecendo a necessidade de mudanças na Código Tributário, mas também a cautela necessária, as entidades solicitaram ao Governo do Estado a revogação do decreto e o aprofundamento do debate sobre a reforma que se propõe, a fim de que não seja votada "à toque de caixa" no Legislativo Estadual.

Informe OAB

OAB publica Resolução que regulamenta contagem de prazos em dias úteis

A OAB Nacional publicou a Resolução n. 9/2016, que regulamenta a contagem dos prazos em dias úteis nos processos internos da entidade. A medida foi aprovada na reunião mais recente do Conselho Pleno da Ordem, em setembro, e publicada agora no "Diário Oficial da União". O objetivo é aproximar a atuação da OAB do que prevê o Novo Código de Processo Civil (CPC).

Constituição sofre afronta na data em que completa 28 anos

Na data em que a Constituição da República - voz do cidadão e do Direito - completou 28 anos, justamente em um ano que a palavra "golpe" foi amplamente explorada, o Supremo Tribunal Federal (STF), guardião da Carta Magna selou um dos maiores golpes nesta história de quase três décadas. Por 6 votos a 5, a Suprema Corte manteve a possibilidade da prisão de condenado em segunda instância. É com extrema tristeza que a OAB-MT vê o desfecho deste julgamento emblemático. Assumindo o papel de advogada da sociedade e em observância aos princípios constitucionais, a OAB foi até a última instância contra esta medida. Trata-se de afronta não apenas à dispositivo legal, a uma cláusula pétrea de Constituição Federal, mas sim um claro rompimento com seus princípios. O princípio à ampla defesa, que permeia todo o ordenamento jurídico brasileiro, foi ferido de morte com tal julgamento.

OAB-MT realiza Mutirão de Conciliação na Justiça Federal

A OAB-MT realiza o Mutirão de Conciliação de 7 a 11 de novembro no Fórum Federal, com atendimento aos advogados que quiserem firmar acordos para quitar débitos de anuidade. A Justiça Federal de Mato Grosso realiza o mutirão de negociação de débitos referentes a anuidades em atraso em face da OAB-MT que não estejam em discussão em processo judicial e conta com apoio do Centro Judiciário de Conciliação. O objetivo é a prevenção de litígios por meio de negociação prévia dos débitos, diretamente entre as partes, sem a necessidade do ajuizamento de ações.

Subseção de Sorriso participa de Seminário Jurídico sobre novo CPC

A Subseção de Sorriso promoveu o "Seminário Jurídico" nos dias 17 e 18 de outubro, no Centro de Eventos Ari Riedi, com o objetivo de garantir a atualização da advocacia que atua no município. Com palestra do advogado e mediador de São Paulo Marcelo Rodante, o tema abordado durante o Seminário foi "Aspectos Práticos e Processuais da Fase Autocompositiva no novo Código de Processo Civil (CPC)".

Presidente eleito do Poder Judiciário garante proximidade com a OAB-MT na gestão

Por 16 votos a 13, o Pleno do TJMT elegeu os desembargadores Rui Ramos, Marilsen Andrade e Maria Aparecida Ribeiro nos cargos de presidente, vice-presidente e corregedora-geral do Poder Judiciário. Secretário-geral da OAB-MT, Ulisses Rabaneda, e o presidente do TDP, André Stumpf, participaram da sessão no dia 20. Após a eleição, o presidente eleito afirmou que terá uma gestão próxima à advocacia. A OAB-MT parabeniza a nova diretoria do Poder Judiciário mato-grossense e se coloca à disposição, como advogada da sociedade e indispensável à administração da Justiça, para a construção de um Poder Judiciário forte e atento às demandas do Estado Democrático de Direito.

OAB-MT alerta para fiscalização após eleição

A OAB-MT se congratula a esse momento máximo da democracia em que a população foi novamente às urnas participar da definição do futuro de Cuiabá. Mas vale ressaltar que a o exercício da cidadania está apenas começando. Agora é o momento de fiscalizar e cobrar as propostas apresentadas. Assim, a OAB-MT deseja ao prefeito eleito, Emanuel Pinheiro, uma gestão responsável e próspera, que atenda aos anseios da Cuiabá tricentenária e se coloca à disposição para contribuir com seu papel de advogada da sociedade, advogando por todos e liderando pela Ordem.

Em Destaque

Ação solidária dos colaboradores da OAB-MT proporcionou uma comemoração de Dia das Crianças mais feliz para cerca de 300 crianças dos bairros Dante de Oliveira e Dr. Fábio em Cuiabá.

A OAB-MT e da Amam realizaram uma reunião institucional no dia 24. As entidades foram pioneiras no país na criação do Comitê Interinstitucional para a Defesa das Prerrogativas.

A ESA entregou certificados do curso de Administrador Judicial no dia 20 de outubro. Para ficar por dentro dos cursos é só acessar o site da OAB-MT ou ficar ligado nas redes sociais!

Um dos palestrantes do I Seminário Jurídico da OAB-MT, o senador José Medeiros foi recepcionado na entidade pelo secretário-geral da OAB-MT, Ulisses Rabaneda.

MT Mamma e OAB-MT se unem em ação para Outubro Rosa
Com ações de conscientização e prevenção ao câncer de mama, o MT Mamma e a OAB-MT se uniram em prol da campanha "Outubro Rosa".

Mais de 3 mil alunos participaram da Semana Jurídica realizada pela OAB-MT, ESA-MT, CAA/MT e Unic, que reuniu especialistas de renome para debater os efeitos da Operação Lava Jato no cenário jurídico.